

IDEIAS

Mais que Fundeb



Cristovam Buarque
buarquecristovam@gmail.com

Professor emérito da UnB e ex-ministro da Educação do Brasil

Em 1996 o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) foi criado. Dez anos depois, foi ampliado para o ensino médio e virou o Fundeb. Sem este aporte federal, a educação brasileira estaria abandonada, mas com décadas deles, nossa educação continua entre as piores e as mais desiguais do mundo. Por isto é preciso comemorar e parabenizar os que conseguiram evitar o fim do Fundeb, mas entendendo que apesar dos avanços que ele trouxe no passado e ainda trará, a educação de base vai continuar insuficiente para promover o progresso e a justiça social no Brasil. Graças à aprovação da continuação do Fundeb, além de não terminar em 31 de dezembro, será possível ter um aumento nos recursos federais para municípios e estados, mas insuficientes para mudar o quadro de nossa educação de base. Isto será a causa do atraso e da desigualdade no Brasil, porque a

educação de base com qualidade para todos é o vetor do progresso econômico e da igualdade social. Lamentavelmente, além da falta desta percepção, nem mesmo os defensores da educação parecem ter ambição de irmos muito além do que o Fundeb permite.

Evitamos o colapso, mas precisamos lutar para que o Brasil tenha uma educação entre as melhores do mundo; e para que os filhos dos pobres tenham escola tão boa quanto os filhos dos ricos. Não basta comemorar que a educação não regrediu, nem que ela melhora, ficando para trás em relação aos outros países, aumentando a desigualdade entre pobres e ricos, e ampliando a brecha entre o que nossas crianças aprendem e o que elas precisam aprender para enfrentar o mundo do conhecimento, onde vivemos no século XXI. Nos últimos 30 anos já fizemos comemorações por causa da merenda, do livro didático, Plano Nacional da Educação I, há 15 anos, e o II há 5 anos, Fundef há 20 anos, Fundeb há 10 anos, piso salarial do professor há 12 anos, sem percebermos que estes avanços têm sido insuficientes: não regredimos e até melhoramos, mas não demos o salto necessário para termos a educação que precisamos, que nosso povo merece

e que o País tem condições de oferecer.

Precisamos de uma estratégia para 20 ou 30 anos no futuro, até que o Brasil tenha sua educação entre as 10 melhores do mundo e a qualidade da escola não dependa da renda ou do endereço da família do aluno. Esta estratégia consiste em substituir os sistemas municipais, públicos ou privados, por um sistema federal único. Fazer com que, independente do município, cada unidade escolar seja uma escola do Brasil, com a mesma qualidade, a mesma carreira do professor, bem remunerado, bem formado, bem dedicado e bem avaliado, em edificações bonitas e bem equipadas, todas em horário integral. Federalização com descentralização gerencial em cada escola e liberdade pedagógica em cada sala de aula.

Não há dificuldade técnica, nem financeira para executar esta estratégia no prazo de algumas décadas. A dificuldade é política: os brasileiros, inclusive a maioria dos que lutam por educação, precisamos não nos contentar com pequenos avanços, acreditarmos que o Brasil pode estar entre os melhores países do mundo em educação, e que é possível quebrar a desigualdade na qualidade da escola, conforme renda ou endereço. ■

Desafios do saneamento básico



Hélio Winston Leitão
helio.winston@arce.ce.gov.br

Presidente da Agência Reguladora do Ceará (Arce)

No atual ritmo de investimentos, o Brasil levará mais de três décadas para universalizar o saneamento básico. Foi com o objetivo de reduzir este prazo, que o marco regulatório do saneamento básico foi recentemente alterado (Lei Nº 14.026/2020). O prazo para a universalização dos serviços de água e esgoto passou para o ano de 2033, devendo todos os contratos serem adaptados ao referido prazo até março de 2022, de acordo com um arranjo territorial que garanta condições econômico-financeiras para se obter os investimentos necessários à universalização.

Para o Estado do Ceará, a Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (Cagece) terá que se organizar em termos de uma unidade regional, elaborar o plano regional e estabelecer uma gestão interfederativa entre Estado e municípios. Além da prestação dos serviços, o novo marco definiu que todos os municípios serão regulados, sob pena de não terem acesso a recursos da União, bem como a regulação, antes praticada apenas pela Agência Reguladora do Ceará (Arce), deverá, agora, seguir as normas de referência editadas pela

Agência Nacional de Águas (ANA).

Cabe lembrar que há cerca de trinta municípios no Estado do Ceará, operados pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (Saaes) e que não são regulados. Tudo isto ocorrerá num período em que o governo cearense adota uma série de investimentos que impactarão o setor, destacando-se a transposição do rio São Francisco, a usina de dessalinização, os programas Malha D'água e Águas do Sertão.

Destaque-se que o Ceará é um dos primeiros estados a fomentar o debate e avançar na implantação das diretrizes impostas pelo novo comando legal.

Todas estas alterações exigirão maior capacidade de gestão, das entidades envolvidas, no curtíssimo prazo. Neste contexto, a regulação será o grande indutor dos investimentos públicos e privados e a responsável por acompanhar a execução das metas de universalização. Para tanto, a Arce já se encontra preparada para implantação do novo marco do saneamento no Ceará, assim como vem se colocando à disposição para contribuir no atendimento das várias demandas. Os prazos são muito curtos, porém a busca pela universalização do saneamento básico é algo que deve unir a sociedade cearense. ■

Auxílio federal reaquece economia



Cid Alves
pr@sindilojasfor.org.br

Presidente do Sindilojas e do Sindimac Fortaleza

Após o pico pandêmico da Covid-19 no Ceará, triste momento que sofremos por termos que fechar nossas lojas por longos 90 dias é de bom alvitre reconhecer que as medidas federais visando o equilíbrio financeiro das empresas e a retomada dos empregos está sendo de fundamental importância.

Durante o lamentável cerramento tivemos que continuar pagando salários, fornecedores e, pasmem, impostos. Empresas estabelecidas em solo cearense não obtiveram nenhum incentivo como, por exemplo, parcelamento do ICMS sem multas e juros, exceto as do Super Simples e após iniciativa do Governo Federal. Há de se entender que num Estado pobre cujo PIB representa apenas 2% e a população a 5% da nacional, existem desequilíbrios. Natural que o governante pense inúmeras vezes antes de conceder benefícios, no entanto, para aprofundarmos a análise da justa e necessária redução da desigualdade, é também primordial que, ao menos por um segundo, o governante pense em apoiar quem gera empregos. Durante o pico da pandemia as dúvidas, naturalmente, eram inúmeras mas o aumento do desemprego nunca

foi, era óbvio que aconteceria e tudo o que fosse implementado visando a manutenção dos postos de trabalho seria digno de aplausos.

Atualmente, vivemos momento ímpar na nossa economia, o ministro Paulo Guedes afirmou, durante reunião virtual com grupo de empresários cearenses, que nossa economia cairia e voltaria a crescer em V, está acontecendo. Se não fossem os atos inconsequentes e políticos de prefeitos das mais diversas regiões do País, de cidades com grandes indústrias de matérias primas nossas lojas estariam cheias de mercadorias e clientes. Aliás, clientes com vontade e necessidade de comprar temos, mas os produtos nas prateleiras não estão abundantes como antes. Juntamos a isso o fato dos restaurantes e postos de combustíveis em alguns municípios brasileiros não estarem autorizados a funcionar pra atender aos caminhoneiros que transportam nossas mercadorias. Por fim, uma série de excessos, inclusive orais, que deveriam ter sido evitados não foram e transformaram a vida de milhões de brasileiros que passaram a viver exclusivamente da ajuda emergencial de R\$ 600,00 do Governo Federal, da liberação de R\$ 1.045,00 do FGTS e R\$ 261,25 do tesouro cearense para catadores de recicláveis.

Ainda bem. ■

OPOVO é história

Desde 1928

Opovo.COM.BR

AS NOTÍCIAS REPRODUZIDAS NESTA SEÇÃO OBEDECEM À GRAFIA DA ÉPOCA EM QUE FORAM PUBLICADAS.

Há 10 anos

2010. CEARÁ

Feirantes ganham novo espaço

Os comerciantes que faziam parte da Feira da Sé, na Capital, terão um novo espaço para ocupar a partir do domingo, 15. Eles, que estavam instalados no Feira Center, em Maracanaú, serão transferidos para um espaço próximo ao 4º Anel Viário, em frente à Ceasa, a Central de Abastecimento do Ceará. O local fica próximo à rotatória do Anel Viário com a CE-060.

2010. BRASIL

TSE derruba verticalização de propaganda eleitoral

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu ontem à noite derrubar a chamada verticalização da propaganda eleitoral que havia sido imposta pelo próprio tribunal em decisão tomada no final de junho. Todos os ministros entenderam que um candidato à Presidência e o próprio presidente Lula podem participar de programas de rádio e TV de candidatos a governador e senador de sua base política em Brasília, mesmo que ela esteja dividida em planques rivais regionalmente.

Há 50 anos

1970. CEARÁ

Câmara de Fortaleza terá 21 vereadores

Vinte e um vereadores comporão a Câmara Municipal de Fortaleza na próxima legislatura. Isto é o que estabelece o projeto de tramitação na Assembleia que fixa o número de edis das Câmaras da capital e do interior com base na representação eleitoral. As normas estão sendo estabelecidas pelo legislativo, devendo o documento ser votado em redação final à tarde de hoje.

1970. CEARÁ

Ordem dos Musicos e Federais Fiscalizarão Músicos Irregulares

Quem for músico profissional e não estiver registrado na Ordem dos Musicos do Brasil, estará sujeito a multas que variam de 10 a 500 cruzeiros e de serem apreendidos os seus instrumentos musicais. A determinação é do Conselho Regional dos Músicos do Estado do Ceará que cumprirá a lei federal 3.850, de 22 de dezembro de 1960, que regulamentou a profissão de músico no Brasil, e a considerou de nível superior.

Há 90 anos

1930. CEARÁ

'A Batalha' e o Exodo dos Cearenses

RIO, 13 - (O POVO) - 'A Batalha' trata do êxodo dos cearenses, censurando o governo pelo desprezo que vota ao flagello das seccas. Depois de outras considerações, o popular matutino termina dizendo que foi apresentado na Camara, há mais de um mês, um projecto mandando abrir um credito de vinte mil contos para socorrer as primeiras victimas mas estas ja são incontaveis, o exodo se iniciou em grandes molles humanas e o tal projecto, esperando-se naturalmente que volte a cair na região.

1930. BRASIL

10 mil Contos para o Pagamento de Juros vencidos

RIO, 13. AA - No expediente da Camara foi lida uma mensagem do presidente Washington Luís, pedindo autorização ao Congresso para fazer uma operação de credito, no valor de 10.158 contos, ouro, para pagamento de juros vencidos nos titulos sorteados para amortização dos emprestimos francezes, que foram objecto de decisão na Côte de Haya.